



BAIRRO-OCUPAÇÃO: um estudo sobre estigma territorial no processo de luta por apropriação do espaço

Autores:

Luiz Henrique Prado Campos - PUC Minas - pradocamposluiz@gmail.com

Resumo:

Este artigo busca elucidar as relações sociais estabelecidas entre os moradores da Ocupação Urbana Izidora e o bairro vizinho Londrina, localizado na cidade de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Através de observações sistemáticas de campo em espaços frequentados no bairro por ambos os moradores - como escolas e postos de saúde - bem como pela realização de entrevistas com os moradores do bairro, a fim de reconstituir a história de formação do bairro Londrina e compreender a percepção de seus habitantes a respeito da Ocupação Izidora. Discuto a similaridade identificada no processo de formação do bairro e da Ocupação, ambos marcados pela trajetória de luta de seus moradores. Por fim, analiso o processo de estigmatização territorial em curso sobre os moradores de Izidora.

BAIRRO-OCUPAÇÃO:

Um estudo sobre estigma territorial no processo de luta por apropriação do espaço

RESUMO

Este artigo busca elucidar as relações sociais estabelecidas entre os moradores da Ocupação Urbana Izidora e o bairro vizinho Londrina, localizado na cidade de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Através de observações sistemáticas de campo em espaços frequentados no bairro por ambos os moradores – como escolas e postos de saúde – bem como pela realização de entrevistas com os moradores do bairro, a fim de reconstituir a história de formação do bairro Londrina e compreender a percepção de seus habitantes a respeito da Ocupação Izidora. Discuto a similaridade identificada no processo de formação do bairro e da Ocupação, ambos marcados pela trajetória de luta de seus moradores. Por fim, analiso o processo de estigmatização territorial em curso sobre os moradores de Izidora.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; Relações estabelecidas e outsiders; processos de estigmatização.

ABSTRACT

This article seeks to elucidate the social relations established between the residents of the Izidora Urban Occupation and the neighboring Londrina neighborhood, located in the city of Santa Luzia, Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH). Through systematic field observations in spaces frequented in the neighborhood by both residents - such as schools and health posts - as well as through interviews with residents of the neighborhood in order to reconstitute the history of formation in the Londrina neighborhood and to understand the perception of its inhabitants regarding the Izidora Occupation. I discuss the similarity identified in the process of neighborhood formation and Occupation, both marked by the trajectory of their residents' struggle. Finally, I analyze the process of territorial stigmatization underway on the residents of Izidora.

Keywords: Urban occupations; Established relationships and outsiders; stigmatization processes.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é produto de minha monografia defendida em dezembro de 2017, no curso de ciências sociais. O objetivo da pesquisa consistia em analisar as relações sociais estabelecidas entre os moradores da Ocupação Urbana Izidora, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e os moradores do bairro Londrina, localizado no município de Santa Luzia.

A Ocupação Izidora teve início em 2013, em um terreno localizado na região norte de Belo Horizonte, e em parte com limites fronteiriços com o município de Santa Luzia. O terreno ocupado, historicamente, foi doado pela prefeitura de Belo Horizonte há cerca de um século a uma família de sobrenome Werneck para a construção de um sanatório, que não foi construído. No processo de ocupação do terreno surgem as três ocupações que compõem Izidora: Rosa Leão, Esperança e Vitória. De acordo com os moradores, em 2016 a estimativa era de que havia cerca de 1500 famílias em Rosa Leão, 2500 em Esperança e 3500 em Vitória.

O caráter espontâneo de ocupação do território, ou seja, ocupação do terreno sem nenhum apoio político e nem de movimentos sociais, distingue a Ocupação Izidora das demais ocupações da RMBH, (BIZZOTTO, 2015). Logo depois é que se formou uma rede de apoio composta por movimentos sociais – com destaque para o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); Brigadas Populares; e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – e grupos de arquitetos ligados à PUC Minas e UFMG.

A ocupação Rosa Leão foi a primeira a ser formada em maio de 2013; posteriormente, se formou a ocupação Esperança em junho. De acordo com Campos e Coleta (2017), parte da motivação da formação dessa ocupação se deve ao fato de que alguns interessados ao chegarem à ocupação Rosa Leão e não encontrarem terrenos vazios, identificaram o terreno que atualmente se situa Esperança e ocuparam; em junho e julho se forma a ocupação Vitória.

A insuficiência de políticas públicas de habitação voltadas a pessoas de baixa renda, somada ao processo de valorização imobiliária explica o surgimento das ocupações urbanas na RMBH como alternativa de acesso à moradia, (RODRIGUES, 2016). Além disso, também consiste um fator determinante, o histórico de moradias e vidas precárias, sendo a maioria dos moradores de origem social pobre, que habitavam favelas ou bairros próximos da RMBH, muitos deles residindo de favor ou de aluguel, (CAMPOS E COLETA, 2017; MPE-MG, 2014).

Trabalhos anteriores como o de Campos e Coleta (2017) demonstram a tentativa dos moradores da Ocupação Izidora em se defenderem da acusação de serem “invasores”, o que denota uma percepção de que eles eram identificados desse modo. Ademais, discursos propagados pela grande mídia – como emissoras de TV aberta, jornais impressos e emissoras de rádio – reproduzem a narrativa negativa sobre os moradores, o que também contribui para reforçar um efeito depreciativo sobre a imagem dos moradores daquele território.

Logo, a reflexão que aqui proponho tem como objetivo discutir as características das relações estabelecidas entre os moradores da Ocupação Izidora e os moradores do bairro Londrina, bem como as bases de legitimidade de tais relações. Além disso, discuto sobre o processo de estigmatização em curso sobre os moradores da Ocupação e apresento os marcadores simbólicos e as narrativas elaboradas pelos moradores do bairro, centrais para identificar o processo de estigma territorial. Antes disso, apresento os elementos teóricos utilizados para compreender a dinâmica de apropriação do espaço vivenciada pelos atores sociais.

ELEMENTOS TEÓRICOS PARA ANÁLISE DE UM PROCESSO DE ESTIGMA TERRITORIAL

O conceito de estigma é discutido nas ciências sociais por abordagens teóricas distintas. Na perspectiva do interacionismo simbólico, Goffman (1975), expoente da Escola de Chicago, adota uma abordagem relacional sobre o processo de estigmatização. A ênfase de sua análise está nas relações estabelecidas entre os atores sociais em seu processo de interação e na manipulação da identidade deteriorada de indivíduos estigmatizados. Nesse sentido, ocorre o processo de estigmatização quando o efeito depreciativo é muito grande sobre aqueles indivíduos, que em contatos sociais, são percebidos como possuidores de atributos que os diferencia dos demais atores.

Os estudos de Goffman (1975) têm influenciado análises sobre segregação social e física, como o trabalho de Naranjo e Toro (2009), que discute sobre como processos de distinção social contribuem para a produção de estereótipos e estigmas sobre grupos que ocupam determinado lugar no espaço social. As autoras utilizam a distinção entre estereótipo e estigma elaborada por Goffman (1975), onde o primeiro conceito se refere à diferenciação do outro com o desconhecimento sobre ele, reduzindo-o à apenas uma de suas características reais. Os estereótipos são convertidos em um imaginário generalizado onde as pessoas passam a ser identificadas no espaço social pelas características que lhes são atribuídas socialmente. Já o estigma também corresponde a um estereótipo, mas em uma fase posterior, acarretando discriminação e segregação, (GOFFMAN, 1975).

Adotando uma abordagem histórica, Elias e Scotson (2000) criticam a perspectiva do interacionismo simbólico, pela ausência de análises sociológicas dos processos de longa duração, ou seja, análises que não consideram os processos grupais de longo prazo dando ênfase exclusiva em interações no “aqui e agora”. Os autores adotam uma perspectiva figuracional cujo pressuposto está em analisar as interdependências dos indivíduos entre si e as transformações da figuração que assim formam.

Deve-se destacar a relevância do conceito de poder na constituição do processo de estigmatização analisado por Elias e Scotson (2000) na figuração “estabelecidos-outsiders”. Para os autores o poder está relacionado à interdependência desigual nas relações sociais, portanto, o processo de estigmatização envolve o equilíbrio instável de poder.

A partir de um caso empírico em uma comunidade nomeada ficticiamente de Winston Parva, os autores analisam as relações sociais estabelecidas entre os moradores da comunidade há mais tempo – os estabelecidos – e os moradores recém-chegados – os outsiders – e o processo de estigmatização em curso sobre os últimos. O processo de estigmatização dos outsiders é percebido pelos autores como o modo de preservação da identidade grupal dos estabelecidos, que buscam afirmar sua superioridade. Isso somente é possível devido à maior dependência dos outsiders e maior poder dos estabelecidos na figuração formada.

Elias e Scotson (2000) modificaram o foco de sua pesquisa, uma vez que observaram que o objeto delinquência não se colocou e o que na verdade havia era a representação dos estabelecidos de que os outsiders eram perigosos, e, portanto, também onde habitavam. Sendo assim, sua análise nos permite pensar em um processo de estigmatização territorial, uma vez que os estabelecidos e outsiders viviam em regiões distintas, sendo que Winston Parva se dividia em três zonas: zona 1, onde residiam aqueles que detinham maior capital econômico e que ascenderam socialmente da zona 2; e a zona 2 e 3 habitada por operários fabris. Os habitantes da zona 2 – os estabelecidos – residiam há mais tempo na região e se consideravam superiores em relação aos moradores da zona 3, os outsiders, apesar das características sociais comuns presentes nos dois grupos.

Processos de estigmatização territorial podem ser analisados também a partir da perspectiva de Bourdieu (2008), que considera que as desigualdades do espaço social são expressas no espaço físico. Sendo o espaço social hierarquizado nele se expressam distâncias sociais.

O modo no qual são distribuídos os bens e os agentes no espaço físico é o que define o valor das distintas regiões no espaço social reificado ou fisicamente objetivado. A posse de capitais, em suas diversas formas, é o que permite a proximidade e o acesso a tais bens e serviços. Ao mesmo tempo em que no espaço social aqueles agentes que possuem capitais acumulados exercem poder sobre a apropriação do espaço (BOURDIEU, 2008).

Portanto, na perspectiva adotada por Bourdieu (2008), entende-se o processo de estigmatização territorial como uma forma de violência simbólica, devido à carência de capitais por parte dos atores sociais estigmatizados, que acabam ficando em desvantagem na luta por apropriação do espaço, e, produzindo ao mesmo tempo, a naturalização da desigualdade. Além disso, o autor contrapõe “bairros chiques” e bairros estigmatizados, argumentando que nos primeiros há uma consagração simbólica de seus habitantes, enquanto os bairros estigmatizados degradam seus moradores, que por consequência também o degradam.

Wacquant (2006), em seu estudo sobre a marginalidade avançada, argumenta que dos três tipos de estigma classificados por Goffman (1975), o estigma territorial se aproxima daquele que envolve características raciais, nacionais e religiosas, uma vez que pode ser transmitido por linhagem e contamina todos os integrantes da família igualmente. No entanto, segundo o autor, o estigma territorial pode ser atenuado e/ou dissimulado pela mobilidade geográfica.

Importante destacar o argumento do autor de que características atribuídas a territórios estigmatizados como sendo lugares perigosos, violentos e associados à criminalidade, nem sempre estão presentes nesses espaços, o que pouco importa para que assim sejam identificados, bastando a crença de que possuem tais atributos, (WACQUANT, 2006).

Segundo Wacquant (2006), o Estado consiste em um ator importante na dinâmica do processo de estigma territorial, pois é capaz de contribuir para produzir e reproduzir tais territórios, por meio da adoção de medidas nocivas que podem marginalizar ainda mais os habitantes desses locais, ou até mesmo pela apropriação de narrativas estigmatizantes com o objetivo de retirar moradores desses lugares, quando esses territórios interessam a outros grupos, como o mercado imobiliário.

A partir da noção de Bourdieu (2008) sobre “efeitos de lugar”, Ribeiro (2008) analisa um caso empírico no Rio de Janeiro. Em seu estudo o autor argumenta que a proximidade de grupos sociais com níveis de capital social, cultural e econômico distintos – o bairro do Leblon considerado elitizado e a Cruzada São Sebastião, um conjunto habitacional popular – evidencia relações de dominação por parte de moradores que possuem maior acúmulo de capital. Nessa direção, a proximidade com territórios estigmatizados, ao invés de contribuir para a integração social e a criação de sociabilidades entre indivíduos que vivenciam realidades sociais distintas, acaba produzindo uma dinâmica na qual as relações sociais entre as pessoas seguem regras estabelecidas por segmentos sociais que possuem maior capital.

Como ressalta Bourdieu (2008) “nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes”. (p.165). Assim, a distância social e ao mesmo tempo simbólica dos habitantes da região produz o processo de estigmatização através de violência simbólica, onde mesmo com a proximidade territorial cada grupo social se apropria de modo distinto de espaços públicos, como a ida às praias da região. (RIBEIRO, 2008).

Assim como Ribeiro (2008), Cornejo (2012) utiliza a formulação de “Efeitos de lugar” de Bourdieu (2008), percebendo o estigma territorial como expressão de violência simbólica, com eficácia confirmada quando os efeitos aparentam ter se naturalizado. Em sua análise a distribuição desigual de poder consiste em um dos fatores que produzem a manifestação deste tipo de violência.

Cornejo (2012) argumenta que a violência simbólica está contida em práticas discursivas dos sujeitos, dificilmente de sujeitos particulares, mas sim de um todo social. Desse modo, a violência simbólica deve ser analisada de modo relacional, pois não é suficiente compreender tal fenômeno utilizando, por exemplo, a distinção entre vítima e culpado presente em casos de violência física. Logo, a violência simbólica está ligada ao processo de naturalização da realidade, sendo obscurecidas as relações de poder que legitimam a ordem social.

Por fim, Cornejo (2012) destaca a importância de se pensar o estigma territorial em um contexto de segregação espacial contido na dinâmica de mercado das cidades, com a

expulsão de moradores de classes sociais mais baixas de áreas centrais, gerando incremento imobiliário para essas regiões e estigmatizando outras.

A importância de pensar o estigma territorial como um processo social produzido por relações de poder é também discutido por Kessler (2012). O autor acrescenta que os meios de comunicação desempenham papel determinante nesse processo, tanto como produtores de discursos estigmatizantes, quanto reprodutores. Discursos midiáticos muitas vezes contribuem para destacar o caráter homogeneizador do estigma territorial, onde práticas de alguns moradores são utilizadas na construção de narrativas que acabam por identificar todo o território, (CORNEJO, 2012). A mesma discussão remete a Elias e Scotson (2000) sobre o que eles denominam como “distorção pars pro toto”, onde as características “ruins” de uma minoria do grupo estigmatizado são apropriadas por aqueles que estigmatizam para identificar o grupo como um todo. Da mesma forma, o grupo estabelecido se apropria dos melhores atributos de uma minoria de seus “melhores” membros para identificar todo o seu grupo.

Kessler (2012) critica a concepção de estigma de Goffman (1975,) afirmando que sua análise é dedicada somente ao indivíduo, além de ser teoricamente difusa. O autor elabora o conceito de “discriminação estrutural” como um processo onde o estigma territorial representa um fator determinante para a produção e perpetuação de condições de vida precárias em um território estigmatizado. Nessa direção, Wacquant (2006) argumenta que com a consolidação de territórios estigmatizados os discursos estigmatizadores também aumentam, tanto “vindos de baixo” em interações cotidianas, assim como “vindos de cima” através da mídia, da política e da burocracia.

Ademais, habitantes de territórios estigmatizados enfrentam entraves para se relacionar com o Estado, uma vez que este muitas vezes percebe essas populações como menos legítimas para reivindicar investimentos públicos do que populações que moram em territórios não estigmatizados. (KESSLER, 2012).

Assim, aqueles que habitam territórios estigmatizados, de acordo com Kessler (2012), são atingidos por consequências negativas ao capital físico e financeiro, evidenciado pelo baixo valor das moradias e os problemas de manutenção, além do estigma muitas vezes representar um obstáculo no acesso ao crédito; ao capital comunitário, devido a falta ou déficit de bens coletivos e serviços públicos; ao capital social, uma vez que as pessoas participam de redes de sociabilidade pouco diversificadas; ao capital humano, por ter dificuldade no acesso à saúde, menor proteção policial e baixa qualidade da educação; e por fim, ao capital simbólico, pois o território tendo uma imagem deteriorada gera impacto na dignidade dos habitantes, em sua respeitabilidade e em sua voz.

A FIGURAÇÃO BAIRRO LONDRINA E OCUPAÇÃO IZIDORA

A moradia consiste em uma necessidade humana básica e um direito constitucional. Contudo, a maneira de acessá-la e o modo de morar expressam realidades sociais diversas. Nos últimos anos, a principal intervenção do Estado brasileiro para minimizar o déficit habitacional consiste no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, no

segundo mandato do presidente Lula, com o objetivo de facilitar o acesso à moradia às famílias de baixa renda. No entanto, essa política vem sendo criticada por seu caráter homogeneizador e massificante, resultado da maneira na qual foi pensada e implementada, (CANETTIERI, 2014).

Dessa maneira, as ocupações urbanas são pensadas como uma alternativa de autoconstrução de moradias e autogestão de territórios através do “saber-fazer”, e antes disso, um processo de organização daqueles que decidem ocupar, o que demonstra um protagonismo e exercício de cidadania desta parcela da população. De acordo com o Escritório de Integração (EI) ligado ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas (2014) pode-se definir como ocupação urbana:

“Todo processo de urbanização que se dá a partir da iniciativa e do esforço de grupos sociais para que se efetive seu direito à cidade, no qual aqui se incluem o direito à terra urbana, ou à localização, aceção mais acertada caso se pense que a propriedade privada da terra é instituto que, por definição, representa uma expropriação do que é a todos comum, e o direito à moradia”. (EI, 2014).

Cyrino; Gomes e Silva (2014) apontam para a necessidade de discutir a questão das ocupações urbanas como em um processo de interação com outra parcela da cidade denominada de “cidade formal” – aquela que é reconhecida juridicamente pela escritura. Nesse sentido, o debate está centrado por um lado no uso da terra através de sua função social, e por outro, na lógica do mercado imobiliário, que concebe a terra como mercadoria, tornando-a propriedade privada.

Contudo, o processo de ocupação de um território se reproduz em dinâmicas complexas e conflituosas. Se estabelecem enfrentamentos judiciais entre os ocupantes, os supostos proprietários do terreno e o Estado; conflitos internos relacionados à autogestão do território; e a dificuldade no acesso aos serviços públicos muitas vezes relacionada ao não reconhecimento do Estado. O objetivo aqui não é elencar todas essas dinâmicas conflituosas, mas demonstrar como se insere nesses conflitos, a relação entre os moradores de um bairro já estabelecido com os moradores recém-chegados de uma ocupação urbana. Destaco aqui o ponto de vista dos moradores do bairro Londrina sobre o processo de ocupação do território, as transformações no cotidiano do bairro com a chegada da Ocupação e os argumentos utilizados por esses moradores para legitimar essa relação.

O bairro Londrina está localizado no município de Santa Luzia, na RMBH. A história do município está ligada ao período do ciclo do ouro no estado de Minas Gerais no século XVII. Santa Luzia era pertencente ao município de Sabará sendo emancipada em 1847, e em 1856, elevada à categoria de município, (GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2010). Em 1962 é criado através da Lei Estadual 2.764 o distrito de São Benedito, sendo a cidade atualmente constituída pela sede e distrito.

A população de Santa Luzia era de 202.942 habitantes de acordo com o Censo de 2010. A população estimada para 2018 é de 218.147 habitantes, (IBGE, 2018). O município

compõe o Vetor Norte Central da RMBH, caracterizado como sendo um dos vetores mais integrados à dinâmica metropolitana, o que apresenta maior proporção de trabalhadores vinculados às ocupações não agrícolas, e sua característica de “cidade dormitório” da classe trabalhadora. (DINIZ E MENDONÇA, 2015).

A formação do bairro Londrina se dá no contexto de periferização na dinâmica metropolitana nos anos 1970. De acordo com Souza e Teixeira (2003), no processo de metropolização as periferias são deixadas a cargo do mercado imobiliário, que executa um parcelamento indiscriminado do solo urbano. Tais territórios não possuem limites municipais bem demarcados, o que os caracterizam como conurbados, além de suas atividades estarem estreitamente ligadas ao centro metropolitano.

Os moradores mais antigos do bairro entrevistados afirmam que o bairro surge na década de 70 através de um loteamento. No entanto, o bairro em seu início de formação não contava com quase nenhuma infraestrutura básica, “era só mato”, ruas não eram asfaltadas, e o deslocamento até pontos de ônibus eram longos.

Não tinha nada, mas nada pra aqui afora sabe, a gente saía daqui e ia pegar o ônibus lá no Baronesa, quando a gente perdia o Baronesa a gente ia lá pro São Benedito. [...] Pra você vê, nós saía daqui, contornava lá, perdia o Baronesa, perdia o Santa Luzia, e ia pegar o São Benedito lá na garagem, porque de primeiro tinha uma garagem sabe. *Então não tinha asfalto?* Não tinha nada. Tinha nada, só tinha poeira, mais nada. Barro quando estava chovendo sabe. Mas era tudo mato sabe. (Elza¹, 79, aposentada).

Segundo o Governo do Estado de Minas Gerais (2010), com o avanço da ocupação periférica da cidade de Belo Horizonte sobre o município de Santa Luzia, o município apresenta forte crescimento populacional nos anos 1970 e 1980, em sua maioria pessoas de baixa renda e com fortes relações de trabalho com a capital mineira.

Tendo esse contexto como pano de fundo podemos analisar o motivo de escolha do bairro como local de moradia pelos moradores. A maioria dos entrevistados argumenta que o motivo de escolha do bairro se deve ao valor relativamente baixo dos lotes e imóveis quando comparados aos valores de Belo Horizonte. Boa parte dos moradores vivia de aluguel em bairros periféricos na capital e apostaram no bairro como alternativa de adquirir uma propriedade através do mercado formal.

Em uma realidade distinta de bairros mais recentes criados no município luziense, os moradores de Londrina se depararam com uma situação de precariedade relacionada à infraestrutura de saneamento básico, a ausência de pavimentação de ruas e avenidas e poucos serviços públicos instalados, como escolas, posto de saúde, e transporte coletivo, muitas vezes tendo que recorrer a bairros próximos mais consolidados.

¹ O nome de todos os entrevistados são fictícios.

Nesse sentido, o processo de construção do bairro Londrina pode ser percebido como uma trajetória de lutas travada pelos moradores. A pavimentação de vias, a instalação de saneamento básico e linhas de transporte metropolitano e municipal, bem como a oferta de serviços públicos, foram demandas construídas em conjunto pelos moradores e conquistadas ao longo do tempo.

O caso da pavimentação de ruas e avenidas é emblemático. O que seria atribuição do Estado é financiado por parte dos moradores. Aqui se estabelece uma relação de troca entre os moradores do bairro e a prefeitura, tendo os moradores arcado com os custos do asfaltamento e posteriormente o poder público local fornecendo desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

[...] Quando veio o asfalto, acho que foi na gestão do Calixto, primeira gestão do Calixto, ele falou “Marcelino², eu não tenho como asfaltar, faz os moradores pagar o asfalto e desconta no IPTU”. (Carlos, 64, aposentado).

Atualmente o bairro é majoritariamente residencial com uma significativa área comercial composta por diversas redes de hipermercados, farmácias, padarias, sorveterias, açougues e diversos outros segmentos varejistas, que em sua maioria estão concentrados ao longo da Avenida Bernardo Guimarães³.

Portanto, o processo de construção do bairro Londrina até alcançar a configuração atual é marcado por dificuldades dos moradores em acessar serviços públicos, bem como o desenvolvimento do bairro dentro do município se dá através de conquistas dos moradores ao longo do tempo e não como um projeto desenvolvido pelo poder público. Dessa forma, acessar o direito à moradia através do mercado imobiliário formal não garantiu o acesso à cidade de modo não precário.

Tal processo se assemelha com os dilemas e entraves travados pelos moradores das Ocupações de Izidora, que para acessar serviços públicos se reúnem, constroem uma pauta de lutas e a partir delas é que reivindicam.

O instrumento político e social dos moradores de Londrina para construir suas demandas foi a Associação Comunitária do bairro, fundada em 1984 em um terreno doado, sendo considerada por muito tempo como um “palco de lutas”.

Associação ela é de 1984, ela também surgiu junto com o bairro que também é um palco de lutas né, e a Associação surgiu justamente nesse momento difícil né da comunidade [...] Pra atender a demanda do bairro e a questão também política, uma força política dentro da comunidade, ela foi um palco de conquista aqui dentro desse bairro. Se você pensar que

² Marcelino é um morador antigo que participou do processo de construção do bairro ocupando certo protagonismo político. Atualmente é um dos vereadores do município de Santa Luzia.

³ A avenida Bernardo Guimarães é a via que interliga o bairro Londrina ao bairro Asteca. Além disso, consiste no trajeto que liga o bairro ao principal centro comercial da cidade, a Avenida Brasília, localizada no bairro São Benedito.

muita conquista que o pessoal reunia e brigava justamente por aqui, por isso que ela tem mais o viés político entendeu, porque o pessoal gosta dela porque ela é uma Associação que briga, que corria atrás dos seus ideais entendeu, dos ideais do bairro, melhorias para a comunidade. (Jair, 47, desempregado).

Atualmente, de acordo com o presidente da Associação Comunitária, o espaço é alugado para eventos, e também funciona como lugar de sociabilidade e lazer dentro do bairro, com a oferta de alguns cursos e aulas de esportes e danças por preços mais acessíveis à população, no intuito de cobrir o valor cobrado pelos professores e oficinairos e os gastos com a manutenção do espaço.

Nós temos zumba, nós temos balé, nós temos karatê, nós temos judô, tem basquete, eu tenho aqui a informática básica, apesar de não ser a melhor informática, mas a gente tem ela, eu trouxe mais cursos profissionalizantes cá pra dentro. [...] Ela sobrevive pelas próprias pernas, ela não consegue, eu não tenho ajuda de imposto de ninguém, de vereador. Eu faço ela movimentar, eu movimento ela, alugo o salão, faço aluguel de salão, faço todas as oficinas eu tenho um valor de R\$ 30,00 (trinta reais) que eu cobro para poder cobrir oficinairo entendeu [...]. (Jair, 47, desempregado).

Os moradores de Londrina entrevistados percebem o seu bairro como um lugar tranquilo e afirmam gostar de viver no bairro devido às relações que mantém com seus vizinhos e a tranquilidade em seu cotidiano. No entanto, parte dos moradores percebe a presença da Ocupação Urbana Izidora como um potencial que pode alterar essa característica do bairro.

Então, porque que eu gosto do bairro: apesar de ter as invasões, eu nunca tive assalto, nunca fui assaltado na rua, minhas meninas nunca teve problema, tem uma que é professora, essa que mora aqui do lado agora, ela deu aula aqui, dá aula lá no Gervásio, a outra nunca teve problema, hoje ela mora em São Paulo. Então, apesar do que acontece eu nunca tive problema nenhum com o bairro. Conheço todo mundo, nunca discuti, nunca briguei com ninguém. (Carlos, 64, aposentado).

A Ocupação é identificada no bairro como uma “invasão” e o principal argumento usado pelos moradores do bairro para rotulá-la dessa maneira é o fato do acesso à terra não ter sido através do mercado imobiliário formal. Sendo assim, o termo invasão funciona como um marcador simbólico que identifica os moradores da Ocupação como aqueles que estão “fora da lei”.

Nessa dinâmica de luta por apropriação do espaço entendo que há um processo de estigmatização em curso sobre os moradores da Ocupação Izidora, na perspectiva de Elias e Scotson (2000), onde o que está em jogo são as relações de poder desiguais dentro do território. Na figuração formada entre Bairro-Ocupação um dos elementos centrais para

estabelecer a desigualdade na interdependência das relações sociais é a ilegalidade no acesso à moradia.

Além da diferenciação dos moradores do bairro em relação aos moradores da Ocupação, há ainda o processo de diferenciação entre os moradores de Londrina e os moradores de bairros vizinhos. Os argumentos utilizados por moradores de bairros vizinhos para se diferenciarem do bairro Londrina é a localização geográfica considerada privilegiada e a qualidade dos imóveis, percebidos como de maior qualidade e mais caros no bairro Londrina.

Os entrevistados afirmam que parte dos moradores de bairros vizinhos rotulam os bairros ao redor de “buraco”, devido à altitude do bairro Londrina, que proporciona uma visão ampla do município e dos arredores. Em alguns depoimentos é possível perceber que há um processo de legitimação dos moradores dos bairros vizinhos que rebatem considerando os moradores de Londrina como “pessoal metido” e rotulando o lugar como um “bairro rico”. Em alguns casos há até uma insatisfação por parte de moradores de outros bairros, em utilizar do mesmo transporte público. Ao mesmo tempo, podemos entender que ao se apropriarem desse discurso os próprios moradores de Londrina buscam afirmar o seu bairro como superior aos demais vizinhos.

Você sabe como que o bairro Londrina é visto por outras pessoas que não moram no bairro? Sim. É visto assim dessa forma, que é um bairro rico né, pessoas totalmente diferentes dos outros bairros, parece que o perfil social do pessoal é melhor entendeu, enxergam assim, por causa das casas serem melhores, porque o bairro é mais antigo, de poder aquisitivo, as coisas eram mais fáceis de construir e então o pessoal construiu umas casas boas entendeu. Então o pessoal daqui se sente diferente. O pessoal do Baronesa se sente diferente do pessoal do Londrina porque acha que a gente tem um poder aquisitivo, pessoal parece que é rico né, e não é. Na verdade são trabalhadores que conseguiram conquistar o que tem né. Eles não gostam que o ônibus, por exemplo, o ônibus do Baronesa, tem que ser direto do Baronesa, eles não gostam muito que o ônibus passa aqui por dentro entendeu. Tem essa questão. Eu já fui pegador de ônibus rapaz. (risos). Mas o que você ouviu o pessoal falando? “É, aqueles pessoal muito metido, o pessoal do Londrina é um pessoal metido, metido a rico” (risos). Eu já ouvi muito isso entendeu. (Jair, 47, desempregado).

Parte do terreno onde atualmente está localizada Izidora anteriormente era utilizado por alguns moradores do bairro Londrina como espaço de lazer, devido às nascentes presentes no local onde era possível “tomar banho” e a grande quantidade de árvores frutíferas, o que tornava o lugar atrativo.

Ali dentro antes de invadir eu ia muito lá passear, era bonito lá embaixo tinha umas nascentes, uns poços lá que a gente podia tomar banho, água de mina sabe, água clarinha. Tinha goiabal, época de goiaba enchia o saco

de goiaba, tinha muita goiaba, era vários pés de goiaba, manga, já pegaram uma área já com plantação (risos). (Elvis, 56, enfermeiro).

Moradores entendem que um dos motivos do território ter sido ocupado é o fato do terreno não ser utilizado pelos proprietários e nem pelo Estado, seja como local de plantação, seja para construção de moradias. Alguns entrevistados percebem a dificuldade das famílias que ocupam em adquirir um imóvel, devido a falta de condições financeiras somadas aos altos preços dos aluguéis, como motivo do surgimento de ocupações urbanas:

Mas, a Ocupação, eu acho que sei lá, a terra fica aí parada o povo não tem lugar pra morar, o governo não faz nada entendeu, fica difícil o cara pagando aluguel caro. Igual te falei, sobre o salário mínimo, o cara que ganha um salário mínimo ele tem que pagar aluguel, comprar comida pros filhos, como é que ele vai sobreviver né. (Elvis, 56, enfermeiro).

Os moradores de Londrina distinguem os moradores da Ocupação em duas categorias estabelecendo uma fronteira simbólica entre eles: os “necessitados” que são aqueles que moram no interior do território, que chegaram depois e são percebidos como os que de fato são privados do direito à moradia; e os “proveitadores”, que são percebidos como aqueles que vislumbram na Ocupação uma alternativa para ascender socialmente e como oportunidade de conquistar bens, seja com a venda de lote ocupado ou casa construída, seja com a construção de comércios, com o objetivo central de obter recursos financeiros. Os “proveitadores” são aqueles que possuem as melhores casas e que se localizam próximo à rua que limita o bairro da Ocupação, sendo muitos deles antigos moradores do bairro, também considerados como “caras de pau”. A rua nesse caso funciona como uma fronteira física que delimita o território do bairro Londrina e o da Ocupação.

Você sabe dizer como aconteceu a Ocupação? Ela aconteceu o seguinte, na verdade como eu morei ali perto, era uma fazenda né, é um terreno numa área verde né, de repente a própria comunidade do entorno começou, os próprios moradores começaram a ir pra dentro como teve aquela onda de invasão em outros lugares que estava acontecendo, de repente começaram entrar. Aí começaram a chegar gente de tudo quanto é lado e começaram a entrar e tomar. Se você pegar aqui bem essa comunidade aqui, as principais casas daqui do início são pessoal da comunidade, o pessoal do Londrina que foi lá e ocupou. Daí lá pra trás é o pessoal que veio de fora, muita gente necessitada [...]. (Jair, 47, desempregado).

Entendo que os moradores que construíram suas casas próximas à rua buscavam manter a proximidade com o bairro devido algumas razões, como: se beneficiar no deslocamento para realização de suas atividades fora da Ocupação, como frequentar comércios, proximidade maior com serviços públicos, como postos de saúde, escolas, e pontos de ônibus; e devido a uma melhor localização geográfica, tendo em vista que o terreno ocupado em sua maioria possui alta declividade.

Já os moradores que moram no interior da Ocupação estão mais distantes dos serviços públicos ofertados no bairro e da área comercial, além de que no trajeto dentro da Ocupação para o bairro eles se deparam com uma grande quantidade de morros com difícil acesso inclusive para trânsito de automóveis.

Em vista disso, mesmo a Ocupação sendo uma alternativa de acesso à moradia, os moradores se mantêm a margem do acesso a direitos, o que corrobora para o argumento de Bourdieu (2008) de que a falta de capital em suas diversas formas, prende a um lugar e priva os atores sociais de se apropriarem de bens distribuídos no espaço social reificado.

A chegada dos moradores da Ocupação foi percebida pelos moradores do bairro como uma ameaça. A Ocupação passa a ser associada a um potencial de transformações negativas, como o aumento da criminalidade e da violência, assim como a perda de liberdade dos moradores de Londrina em sair de casa devido aos potenciais riscos. Nesse caso, o bairro considerado “pacato” pelos moradores corre o risco de perder esse status. Alguns moradores chegam a comparar a Ocupação como uma vila, lugar onde se “pensa no pior” e onde os moradores são vistos como “estranhos”.

Como foi no início quando os moradores do bairro ficaram sabendo da Ocupação? Como eles reagiram? Tudo nesse sentido assim, “vai estragar nosso bairro”. Todo mundo pensou que ia ser uma onda, porque o seguinte, quando fala de Vila a gente pensa no pior entendeu. [...] Então, é uma referência muito ruim, pois o bairro ser pacato de repente chega um pessoal estranho do outro lado né e agora assim, “quem é esse povo? Quem é que tá chegando aqui, tudo estranho?” Na cabeça da comunidade pensa assim, “estragou nosso bairro”, “nosso bairro agora tá, como se diz, tá entregue, tá banalizado”. (Jair, 47, desempregado).

O processo de estigmatização territorial em curso demonstra que o estigma sobre o território acaba por degradar os moradores que nele habitam, que passam a ser identificados como atores capazes de deteriorar o bairro Londrina já consolidado, (BOURDIEU, 2008). Além disso, o efeito homogeneizador do estigma sobre o território, ou seja, considerar que todos os moradores do local possuem as mesmas características, reforça a deterioração do território ocupado.

Ao considerar os moradores da Ocupação como agentes capazes de promover “estragos” no bairro, os moradores de Londrina estigmatizam o território ocupado como um todo, o que na verdade poderia ser atribuído a indivíduos. Como a “distorção pars pro toto” concebida por Elias e Scotson (2000), onde uma minoria de pessoas do grupo estigmatizado considerada “ruim” é apropriada pelos estabelecidos para identificar o grupo em sua totalidade.

Ademais, atribuir fatos potenciais como o aumento da criminalidade e violência aos moradores estigmatizados pode ser percebido como uma forma de transferir características negativas do bairro aos novos moradores, o que por um lado estabelece uma relação tensionada entre o que já acontece no bairro e o que pode vir a acontecer: se por um lado o

bairro pode vir a sofrer com transformações negativas, essas transformações serão produtos da Ocupação e não fatos que já aconteciam no bairro.

A virtualidade das transformações negativas no bairro segue a lógica descrita por Wacquant (2006), onde territórios estigmatizados carregam atributos que o identificam como lugares perigosos, associados à criminalidade e a violência, e mesmo não o sendo na realidade, o imaginário social construído em torno dessas crenças basta, para que sejam assim identificados.

Os moradores do bairro Londrina utilizam dois marcadores simbólicos para identificar os moradores da Ocupação no bairro. O primeiro deles está ligado ao aspecto visual. Pela falta de pavimentação das vias da Ocupação, os moradores são identificados como aqueles que possuem os pés “empoeirados” e aqueles que utilizam chinelos e sandálias.

O outro marcador simbólico está relacionado às dificuldades enfrentadas pelos moradores da Ocupação em seu cotidiano. Muitos deles vão até o bairro pedir ajudas relacionadas a objetos de uso diário, como alimentos e suprimentos de higiene e vestuário. Isso leva a parte dos moradores do bairro a identificá-los como “pedintes”. Logo, quando pessoas são vistas pedindo, associa-se à Ocupação, como na “distorção pars pro toto” (ELIAS E SCOTSON, 2000), onde há uma homogeneização do território estigmatizado por comportamentos de parte de seus habitantes. No depoimento a seguir é possível identificar a tentativa de minimizar a visão construída sobre a Ocupação, com os pedidos realizados por uma só pessoa que depois reparte as doações.

Bom, se não falar que mora lá, a gente só sabe quando passa aqui pedindo, “ah eu tô precisando de comida, e não sei o que”. Inclusive uma mulher que ela faz, tipo arrecada pra dividir. Aí quando vem pedir aqui ela mesma pediu pra falar isso: “fala que eu já passei aqui e peguei, pra eles me procurar lá”. (Carlos, 64, aposentado).

Os rótulos atribuídos aos moradores da Ocupação podem ser vistos como uma forma de violência simbólica, onde devido à distribuição desigual de poder no espaço social, os moradores de Londrina se diferenciam dos moradores da Ocupação na luta por apropriação do espaço. (CORNEJO, 2012).

Mesmo sendo contrários ao estabelecimento da Ocupação, os moradores do bairro não se mobilizaram para que houvesse um despejo. O sentimento de medo é apontado em depoimentos como uma justificativa para adotar essa postura. Em uma ocasião onde um morador se expressou abertamente contrário à Ocupação, este disse ter recebido ameaças por uma liderança que participou do início do processo de ocupação, tendo que mudar do bairro:

O resto do pessoal não é muito a favor não, só que eles não mexem porque eles têm medo né. Igual aconteceu com o Dimas né, foi embora. *Ele foi obrigado a vender?* Vendeu agora. Ficou sem vender, aí ficou três anos né. Ele falou comigo que trocou a troco de lote, dois lotes. Foi embora pra

longe, e tem medo de vir aqui. *Mas eles foram ameaçados?* Foram. Mas né por eles não, o cara que ameaçou, antes da Júlia⁴ entrar tinha outro cara aí, não vou citar o nome não. (Érika, 63, aposentada).

Outra moradora do bairro entrevistada afirma ter sofrido ameaças de ocupantes no início da ocupação do território. A entrevistada argumenta que o motivo das ameaças está ligado à incerteza de permanência no território, como o risco de reintegração de posse e uma possível resistência dos moradores do bairro com a Ocupação.

A filha da entrevistada foi quem sofreu as ameaças diretamente. Quando saía com o carro da garagem ela foi abordada por alguns ocupantes que disseram que iriam roubar o seu carro e atear fogo no caminhão de seu pai. Em seu depoimento a entrevistada afirma não conhecer aqueles que praticaram as ameaças e que atualmente os moradores da Ocupação são “tranquilos”.

Em todo depoimento a entrevistada demonstra medo em falar sobre o assunto, mas afirma ter ouvido rumores de outras ameaças sofridas por moradores do bairro. As ameaças sofridas por ela culminaram em problemas de saúde, como Síndrome do Pânico. No entanto, a saída encontrada pela moradora foi se aproximar dos ocupantes e estabelecer uma relação de confiança. Para isso ela procurou um dos apoiadores membro de um movimento social ligado à igreja católica, que relatou que os ocupantes estavam se sentindo “acuados” e por isso ameaçaram.

Aí o que ele me falou foi o seguinte: “eles estão se sentindo acuados. Então, tipo assim, eu não posso fazer nada. Vocês procurem acolher eles mais”. Então, às vezes eles passavam, eu estava limpando terreiro, eles pediam água pra lavar o pé eu ligava a mangueira e eles lavavam o pé, eles me pediam água eu dava água. (Márcia, 51, professora).

Mesmo com as ameaças sofridas a moradora estabelece relações com moradores da Ocupação chegando a receber uma das líderes em sua casa. As relações são mediadas por doações feitas pela moradora do bairro. No entanto, apesar dessa aproximação, a moradora prefere manter certo distanciamento em relação aos assuntos da Ocupação, e da mesma forma, os moradores da Ocupação também são reservados em relação aos seus assuntos, o que demonstra que o objetivo da proximidade mais do que estabelecer uma amizade, consiste em demonstrar que ambos não representam ameaças um para o outro.

[...] Eles tem um grupo deles lá dentro, a Wanderléa havia até me colocado no grupo, só que agora ela tirou né. Ela tem um grupo só dela, ela me colocou no grupo dela, que ela agora tá com uma lanchonete e tal, então ela me colocou no grupo dela, que ela falou assim que o pessoal pediu né, que deixasse pessoas só do grupo mesmo pra tá mais fácil de localizar, e

⁴ Uma das líderes da Ocupação Esperança.

assuntos internos deles lá, coisas de assembleia e tal. (Márcia, 51, professora).

Além de perceber a Ocupação como uma ameaça em potencial contra o bairro, que pode vir a sofrer com o aumento da criminalidade e da violência, outro argumento utilizado pelos moradores para demonstrar sua contrariedade ao estabelecimento da Ocupação, consiste na desvalorização dos imóveis do bairro e a ilegalidade no acesso a serviços públicos, como o não pagamento de energia elétrica, água e de impostos como o IPTU.

A tensão legal-ilegal funciona como elemento legitimador usado por parte dos moradores de Londrina. Por terem adquirido seu imóvel através do mercado imobiliário os moradores do bairro não reconhecem a narrativa dos ocupantes assentada na função social da terra e seu valor de uso. Além disso, por acessarem serviços públicos de modo legal, se sentem lesados pelos moradores da Ocupação utilizarem os mesmos serviços ilegalmente.

Teve um rapaz aqui em cima, você sobe essa rua aqui e vira à esquerda, a casa dele é mais ou menos igual aquela da frente ali, colonial, ele estava vendendo, só pra você tirar uma base, ele estava vendendo a casa na época por 460 mil. Aí começou a Ocupação, fizeram aqueles barracos de lona, aquelas lona preta, depois passaram pra madeira, tá lá até hoje, te mostro lá, simplesmente ele não conseguiu mais vender a casa, ele não estava conseguindo 200 mil na casa. Não preciso nem falar o porquê. Então é isso que você sente, um cara que batalhou, construiu uma casa, paga IPTU igual eu pago, todo mundo paga, aí vem um, não paga IPTU, não paga nada, não paga água, não paga luz, aí a COPASA⁵ vem fazer vistoria no seu hidrômetro, a luz vem fazer vistoria no seu relógio e lá eles nem chegam perto. (Carlos, 64, aposentado).

Nos termos de Elias e Scotson (2000) o elemento central que produz o equilíbrio instável de poder na figuração “Bairro-Ocupação” é a dicotomia legal-ilegal, onde os moradores do bairro, além do fato de serem os estabelecidos, acessaram o direito à moradia através do mercado imobiliário formal, o que os coloca em vantagem. Desse modo, o valor da legalidade determina maior poder na figuração aos moradores do bairro, o que permite que desenvolvam um processo de estigma territorial sobre os moradores da Ocupação na disputa pela apropriação do espaço social.

Devido o aumento da demanda por tais serviços públicos, o Estado não disponibilizou uma maior oferta. Os ônibus se tornaram superlotados, poucas escolas no bairro para receber uma maior quantidade de alunos, da mesma forma nos postos de saúde, o que contribui para a queda na qualidade dos serviços. De acordo com os entrevistados, ligações clandestinas de energia elétrica e água, denominados de “gato”, acabam prejudicando a qualidade desses serviços, o que culmina em frequentes quedas de energia e falta de água no bairro.

⁵ Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

A população tá crescendo e eles não tão acompanhando, o governo né, não acompanha. [...] Ali na ocupação eles não paga água nem luz né, não paga água, não paga a luz, e isso prejudica a gente aqui, que a água vem pouca agora entendeu, sempre tá faltando água, sempre tá, você vai lavar alguma coisa, carro, não sai, a pressão tá fraca não dá pra lavar o trem direito, tá ruim sabe, a luz sempre caindo. (Elvis, 56, enfermeiro).

Saliento que um dos motivos das ligações clandestinas são as barreiras encontradas pelos moradores da Ocupação em acessar tais serviços, uma vez que o Estado não reconhece aquele território. Mesmo tendo nomeado as ruas internas da Ocupação, a principal dificuldade dos moradores está em comprovar o endereço. Nesse sentido, Kessler (2012) argumenta que aqueles que residem em territórios estigmatizados encontram obstáculos em estabelecer relações com o poder público, sendo que na maioria das vezes o Estado percebe essas populações como menos legítimas para reivindicar seus direitos.

Contudo, embora os moradores da Ocupação sejam alvo de um processo de estigmatização em curso, não se esgota a totalidade das relações sociais estabelecidas entre eles e os moradores do bairro. O fato que elucida essa compreensão é que uma das alternativas encontradas pelos moradores da Ocupação para acessar serviços públicos, como vagas em escolas e atendimento em postos de saúde, consiste em uma espécie de empréstimo de endereço fornecido pelos moradores do bairro.

Em relação a escolas, postos de saúde, eles conseguem atendimento? Eles não conseguiam atendimento. Eles pegavam meu endereço, eu dava minha conta e eles conseguiam a consulta.[...] Mas quando eu fui no médico, era Dra. Angélica, ela mudou pro posto de lá, cheguei lá ela pegou e falou assim: “eu sei quantas pessoas tem na sua casa”. Eu falei: o que é que tá acontecendo Dra. Angélica? Ela disse: “aqui tem mais de 20 pessoas consultando na sua ficha”. Eu peguei e falei com ela que eles precisavam, eu peguei e dei meu número porque eles não têm número, então não consulta. Ela pegou e falou assim “mas não pode, eu vou tirar eles todos daqui”. Eu peguei e falei: Dra. Angélica dá dó, tem criança, então vocês façam o atendimento deles. Aí agora tá fazendo atendimento, eu pedi pra eles. (Érika, 63, aposentada).

A dificuldade em acessar direitos reverbera na resistência dos moradores da Ocupação em revelar o seu endereço de moradia. Compreende-se que os moradores da ocupação percebem o efeito depreciativo de habitar no território e a sua defesa consiste, nos termos de Goffman (1975), na manipulação da informação.

A Associação não atende só o Londrina? Não. Eu atendo muito o pessoal das Ocupações, e eles chegam aqui e eu falo: “mas onde é que você mora?” Eles ficam com medo de falar o endereço, com medo de eu não atender. [...] Eles se sentem discriminados com relação à invasão. Ele chega aqui não tem endereço próprio, não tem uma residência, pra dizer assim,

“ó eu tenho minha conta de água aqui que fala onde que eu moro, minha conta de luz”, uma referência né de local. (Jair, 47, desempregado).

Alguns moradores do bairro estabelecem uma relação de proximidade com os moradores da Ocupação. Uma das entrevistadas que reside na rua que faz limite com a Ocupação, afirma ter participado de momentos decisivos da ocupação do território, como nos conflitos estabelecidos em processos de reintegração de posse. Por consequência a moradora relata ter entrado em conflito com outro morador do bairro por ter proximidade com moradores da Ocupação.

Eu conheci desde o começo, porque eu participei com eles na hora de tirar, na reintegração que falaram que ia tirar eles daí, eu levava ajuda né, pras pessoas que vinha, PUC, todo mundo vinha pra aqui. Aí a gente levava alimento, levava café, ajudava eles, até hoje eu ajudo eles aí dentro. Às vezes com cesta, outra coisa. Então eu vou até lá. [...] Falaram né, mas eu não procurei saber nem nada né, porque a pessoa falou que eu tinha que levar na cara aí dentro, porque eu ficava mexendo e fui entrando e saindo aí de dentro, eu peguei e falei assim “uai eu vou levar na cara por quê? Ali tem é gente, nem se fosse bicho ia me atacar porque bicho gosta demais de mim, e eu acho que eles não vão fazer mal pra mim, porque eu nunca fiz mal ninguém ali dentro”. Aí pegou se isolou parou a conversa, aí a pessoa hoje conversa comigo de novo. (Érika, 63, aposentada).

Embora tenha alguns casos de moradores do bairro que estabelecem relações de maior proximidade com os moradores da Ocupação, na maior parte dos depoimentos analisados percebe-se o predomínio de uma relação de cortesia, e alguns moradores até defendem a ideia de que ao longo do tempo a aproximação com os moradores da Ocupação acontecerá, através da convivência em locais dentro do bairro.

Alguns entrevistados afirmam até que os moradores da Ocupação frequentam pouco o bairro, e quando o fazem é para ir a algum comércio, buscar algum serviço público ou pedir ajudas, e logo retornam à Ocupação. Como se a Ocupação funcionasse como uma unidade apartada, uma espécie de instituição, onde os moradores saem, realizam algumas atividades e voltam.

Conforme afirma Ribeiro (2008), mesmo com a proximidade física entre um bairro e um território estigmatizado é possível permanecer a distância social entre os moradores devido à própria hierarquização do espaço social. Ou seja, a proximidade física não pressupõe interação entre ambos os moradores.

A proximidade de um território estigmatizado pode ser encarada como “vergonha”. Alguns moradores se sentem constrangidos em receber visitas por terem suas casas localizadas de frente para a Ocupação. Um dos motivos consiste no aspecto estético, uma vez que parte das casas da Ocupação são construções construídas de modo precário, com materiais como lona e madeirite.

As casas do lado de cá e até no final do asfalto as casas são todas compradas, e o resto é invadido. Aí o pessoal reclama: “invadiu, fizeram isso na frente da minha casa, agora a minha casa desvalorizou”. E tem gente que tem até vergonha de trazer parente ou amigos pra visitar. *Por causa da Ocupação?* É. Você sai aqui no meu portão e você vê ali um monte de barraco de lona, a pessoa que vem na sua casa: “opa, não volto lá mais não”. (Carlos, 64, aposentado).

Ainda que haja diversas formas dos moradores estabelecerem relações sociais, como demonstrado anteriormente, a maior parte dos entrevistados que reside no bairro não acredita em uma possibilidade de reintegração de posse, e tende a acreditar que a Ocupação é um fato consumado. Tais moradores apontam como alternativa a regularização legal, que possibilitaria melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população, o que consequentemente contribuiria para a melhor aceitação dos moradores da Ocupação no bairro.

Desde que legaliza, por exemplo, o cara lá não acha bem vindo o cara que põe lá uma barraca de pau na frente da casa dele, desvalorizou o terreno dele, mas se o cara chegar, conversar: “não, eu pretendo legalizar”, não vai atrapalhar em nada, vai demorar, mas pra isso precisa da ajuda e a ajuda é do órgão público. (Carlos, 64, aposentado).

Mas eu gostaria se não fosse tirar, pelo menos normalizar, arrumar direitinho, pôr água, pôr luz, pra melhorar a qualidade né, a qualidade ali deve ser ruim né, aquilo ali na época dessa seca deve tá uma poeira brava né. [...] Ali saneamento básico, no Brasil já é muito ruim né, quase lugar nenhum tem saneamento básico. É esgoto a céu aberto. Ali deve ser a mesma coisa. (Elvis, 56, enfermeiro).

Por fim, ao analisar as diversas formas em que as relações sociais são estabelecidas entre os moradores do bairro Londrina e os moradores da Ocupação Izidora, sob a perspectiva dos moradores do bairro, compreende-se um processo de estigmatização territorial em curso sobre os moradores da Ocupação. Os moradores do bairro elaboram narrativas para se diferenciarem dos moradores recém-chegados no espaço social, e através de marcadores simbólicos identificam os moradores da Ocupação. Por conseguinte, o processo de estigma territorial em curso acaba por segregar os moradores daquele território chegando a privá-los de acessar determinados direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o maior índice de déficit habitacional se concentra na população de baixa renda. As desigualdades sociais se expressam na estrutura do espaço físico, e a produção das cidades se dá com a interferência direta dos interesses privados e sua relação com o Estado.

As cidades são pensadas pelas classes dominantes, enquanto aqueles que não possuem poder econômico são expulsos dos centros em direção a territórios marginalizados. Nesse sentido, as ocupações urbanas se apresentam como alternativa de acesso ao direito à cidade e à moradia, que mesmo garantido constitucionalmente, não se efetiva na sociedade brasileira.

Ao analisar o processo de ocupação de um território é necessário se atentar à luta de apropriação do espaço social por atores que possuem capital econômico, social e cultural distintos, e que estão inseridos em uma relação que pressupõe desigualdade de poder. No estudo aqui apresentado há uma similaridade entre o processo de formação do bairro e da Ocupação. Ambos os casos é marcado por uma trajetória de lutas dos moradores no que se refere às reivindicações sobre melhorias relacionadas à infraestrutura, rede de esgoto, pavimentação de ruas e avenidas, acesso à saúde e educação. A iniciativa parte dos próprios moradores e não de uma ação direta do Estado. A distinção entre as duas realidades está no modo em que os habitantes acessam o direito à moradia, o que revela a tensão entre o legal e o ilegal. A narrativa por detrás dessa tensão evidencia uma valorização do mercado em detrimento do argumento baseado na “função social da terra” utilizado pelos moradores da Ocupação.

Apesar da similaridade no processo de formação do bairro e da Ocupação, a tensão legal-ilegal representa o elemento central na dinâmica em que os moradores estão envolvidos na apropriação do espaço. O rótulo de “invasores” é um dos marcadores utilizados pelos moradores do bairro para se diferenciarem de seus vizinhos da Ocupação. Nessa trama, a ilegalidade permite que os moradores do bairro elaborem sua narrativa assentada na Ocupação como uma ameaça em potencial, identificando-a como um território perigoso, que pode vir a produzir o aumento da criminalidade e da violência, o que denota um processo de estigmatização territorial em curso.

Entendo que o processo de estigmatização territorial é fruto de uma figuração onde a tensão entre a legalidade e a ilegalidade representa a desigualdade de poder na apropriação do espaço, o que permite que os moradores do bairro – com maior poder na figuração – elaborem marcadores simbólicos utilizados como dispositivos de distinção em relação aos moradores da Ocupação, que estão em desvantagem.

Contudo, o caso analisado demonstra que mesmo em curso um processo de estigmatização, não se esgota a totalidade das relações sociais estabelecidas entre os moradores do bairro e da Ocupação, uma vez que existem relações de proximidade entre os atores, seja mediada por ajudas e doações, ou até mesmo na participação na “luta” travada pelos moradores da Ocupação.

Sendo assim, acredito que este estudo contribui na compreensão de como duas populações com características sociais, econômicas e culturais distintas se apropriam do espaço, e como se diferenciam através de narrativas e marcadores simbólicos no espaço social.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Metropolização e hierarquização das relações entre os municípios da RMBH. (120-144). In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. (Org.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015.
- BIZZOTTO, Luciana Maciel. *#RESISTEIZIDORA: controvérsias do movimento de resistência das Ocupações da Izidora e apontamentos para a justiça urbana*. 2015. 241 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BORDIEU, Pierre. (org.) *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: VOZES, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. Art. 6º.
- CAMPOS, Luiz Henrique Prado; COLETA, Lisa Carolina Gomes. *Saber-poder e saber-fazer: Um estudo sobre as relações de poder e a formação de lideranças nas ocupações da região da Izidora, Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2017. 111 f. Projeto de Iniciação Científica (PROBIC). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais - E-metrópolis*, Rio de Janeiro, nº17, (22-29), ano 5, 2014.
- CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma Territorial como forma de violencia barrial. El caso del sector El Castillo. *Revista Invi*, Santiago-Chile, vol.27, nº76, 2012. Disponível em: <<http://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/620/1052>>. Acesso em: 08 set. 2018.
- CYRINO, Tarcísio da Silva; GOMES, Luiza Lemos Silva; SILVA, Viviane Zerlotini da. *O que todo cidadão deveria saber sobre as ocupações urbanas: um breve estudo da região de Izidora*. Belo Horizonte, 2014.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves. MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. (33-46). In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. (Org.). *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: LETRA CAPITAL: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: J. ZAHAR, 2000.

- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: Santa Luzia. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315780>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- KESSLER, Gabriel. Las consecuencias de la estigmatización territorial. Reflexiones a partir de un caso particular. *Espacios en Blanco – Serie indagaciones*, vol.22, nº1, (165-197), Tandil-Argentina, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852012000100007>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- MINAS GERAIS, Governo do Estado. *Áreas Urbanas Centrais RMBH*. 1. ed. Belo Horizonte, 2010.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório de visita técnica*. Belo Horizonte, 2014.
- NARANJO, Paula Sanín; TORO, Natalia Quiceno. Estigmas territoriales y distinciones sociales: Configuraciones espaciales en la ciudad de Medellín. *Anagramas*, Medellín-Colômbia vol.7, nº14, (115-132), 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/anqr/v7n14/v7n14a09.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista Veracidade*, Salvador, vol.3, (1-21), 2003. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo9.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- RODRIGUES, Guilherme de Abreu Basto Lima. *O Caso Izidora: as Ocupações Urbanas e a reprodução do espaço em Belo Horizonte*. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- SOUZA, José Moreira de; TEIXEIRA, João Gabriel. Espaço e Sociedade na Grande BH. (19-42). In: GODINHO, Maria Helena de Lacerda; MENDONÇA, Jupira Gomes de. (ORG.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. 1. ed. Belo Horizonte: EDITORA PUC MINAS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2003.
- WACQUANT, Loïc. *A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada*. (27-39), 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.